



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Na sessão plenária destinada a interpeleção oral, que teve lugar há dias, a Secretária para a Administração e Justiça, Sónia Chan, divulgou os resultados da avaliação do pessoal directivo, segundo os quais, menos de 1 por cento dos dirigentes obteve a menção de “merecer aperfeiçoamento”, nas áreas dos “objectivos atingidos”, “competência de direcção e gestão” e “moral e responsabilização”. Tendo em conta que o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) e o Comissariado de Auditoria (CA) têm constantemente revelado os problemas existentes nos serviços públicos e emitido recomendações, a divulgação dos referidos dados deixou a sociedade espantada, e foram lançadas várias dúvidas. Esses dados tão positivos demonstram um grande contraste comparativamente com as opiniões da sociedade. Atendendo a este fenómeno, será que existem alguns problemas com o mecanismo de avaliação dos dirigentes?

Quanto à criação do mecanismo de avaliação do desempenho dos dirigentes, o Governo enalteceu, nos últimos anos, a avaliação por terceira parte, e afirmou que ia introduzir diferentes factores, tal como a avaliação por parte dos cidadãos, portanto, a avaliação do desempenho dos dirigentes deixaria de ser uma avaliação unidireccional em que apenas os superiores avaliam os subordinados. O CA e o CCAC têm revelado, nos seus relatórios, problemas nos serviços públicos, no entanto, faltou um regime de responsabilização. Se não houver a articulação da avaliação do desempenho dos dirigentes com o regime de responsabilização, isto fará com que a avaliação do desempenho não seja objectiva nem científica.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Aquando da sua deslocação a Macau para ouvir o relatório de trabalho do Governo da RAEM, o Presidente do Comité Permanente, Zhang Dejiang, afirmou que o desenvolvimento socioeconómico exigia não só o aumento da capacidade governativa do Governo da RAEM, como também que os dirigentes tivessem a coragem de assumir a sua responsabilidade para reforçar a capacidade e a eficiência de governação. Essas afirmações correspondem à primeira das quatro propostas que o Presidente Xi Jinping lançou durante a Cerimónia das Comemorações do 15.º Aniversário do Regresso de Macau à Pátria, isto é, através de trabalhos proactivos, deve aprimorar-se, constantemente, a capacidade e o nível de governação em conformidade com as leis da RAEM. Aumentar a capacidade governativa é um processo sistemático, e aperfeiçoar o regime da função pública e avaliar objectivamente o desempenho dos dirigentes constituem uma das suas etapas.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Os resultados da avaliação dos dirigentes, que a Secretária divulgou, são alvo de dúvidas dos diferentes sectores sociais, porque tais resultados são bastante diferentes da avaliação dos cidadãos e não têm credibilidade. Para além de ser um desperdício de recursos humanos e financeiros, para que serve um mecanismo de avaliação que não consegue convencer os cidadãos? A fim de recuperar gradualmente a confiança dos cidadãos, o Governo deve aumentar a transparência da avaliação dos dirigentes e introduzir o regime sancionatório, por exemplo, o da eliminação dos dirigentes com piores resultados, para que a avaliação possa reflectir realmente o desempenho dos dirigentes. Como é que vai fazê-lo?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

2. Existe, na lei, o mecanismo de responsabilização para dirigentes de diferentes níveis, no entanto, não há um regime correspondente que permita exigir aos dirigentes cujo desempenho é insatisfatório, incluindo omissões e irregularidades, que assumam efectivamente as responsabilidades. Na introdução da avaliação de desempenho por terceira parte, como é que se vai articular a avaliação desse desempenho com o regime de responsabilização?
3. Este ano, o Governo procedeu à reestruturação da Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública, e uma das competências desta Comissão é coordenar, de acordo com as estratégias e os métodos estabelecidos, as propostas de implementação dos serviços executores no âmbito da gestão do desempenho do Governo e da avaliação da respectiva eficácia, e fiscalizar a sua execução. O Governo comprometeu-se a concluir a revisão do regime de avaliação e a realizar a respectiva consulta pública no final do ano. Então, qual é o ponto de situação?

**O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,**

Chan Meng Kam

7 de Junho de 2017